

TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA: espaço e impactos sociais

Second residence tourism: territorial space and social impacts

Marcelo Mariano da Rocha¹

Ana Paula Lisboa Ataíde¹

Resumo: O presente trabalho traz à discussão a temática da Segunda Residência, seus conceitos e o contexto histórico de seu surgimento no Brasil. A proposta apresentada traz à luz do conhecimento uma metodologia que busca apontar e demonstrar de forma mais clara os impactos causados pela implantação de casas e condomínios de casas de temporada no âmbito socioespacial. Na busca por métodos que auxiliassem a execução do mesmo, foi encontrado na metodologia de EIS - Estudo de Impacto Social, a ferramenta que possibilita analisar os dados primários coletados junto à área de estudo, à comunidade adjacente e ao setor comercial do município. Baseado nas avaliações destes dados é possível realizar considerações e responder às questões que nortearam as pesquisas.

Palavras-chave: Turismo. Segunda residência. Impactos sociais.

Abstract: This present paper brings to the discussion the theme of the Second Residence, its concepts and the historical context of its emergence in Brazil. The proposal brings the light of knowledge a methodology that seeks to identify and demonstrate more clearly the impacts caused by the implantation of homes and condos for second homes under sociospatial scope. In the search for methods that would help the execution of it, it was found in the EIS methodology - Study of Social Impact, a tool that allows to analyze the primary data collected from the study area, the surrounding community and the commercial sector of the city. Based on assessments of these data it is possible to answer the questions and considerations that guided the research.

Keywords: Tourism. Second Residence. Social impact.

Introdução

A atividade turística está presente em todas as regiões brasileiras. O Brasil com sua riqueza de recursos naturais e culturais, estabilidade econômica e política e com mercado interno crescente se mostra com grande potencial para o desenvolvimento sustentado da atividade turística. A partir da década de 1970, sob a égide do “Nacional Desenvolvimentismo” fruto do milagre econômico, o turismo no Brasil experimentou a fase onde a sociedade passou a explorar de uma forma mais intensa a atividade e, assim, novos segmentos do turismo surgiram e contribuíram para que se qualificasse e adquirisse importância econômica na balança comercial do país.

Para que o turismo chegasse à conjuntura atual, buscaram-se novos elementos para que fossem agregados valores objetivando o fortalecimento econômico e social do Turismo, nas escalas macro e micro. Dentro deste contexto, inúmeros roteiros turísticos passaram a ser oferecidos, visando atingir todas as classes sociais, idades e gêneros. Há pessoas que, por possuírem capital financeiro excedente, viajam ao redor do mundo buscando conhecer e apreciar belezas e culturas; outras que economizam, durante um período, para comprar um pacote turístico. No Brasil, as opções são variadas, desde o Turismo de “Sol e Praia” até locais de clima serrano no interior, perpassando por diversos segmentos de mercado, tal efeito contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios por ele apropriados. O presente artigo tem por objetivo demonstrar as relações concernentes entre turismo-espaço e seus impactos sociais, focando nas questões de apropriação dos novos espaços dedicados à segunda residência fomentados pela atividade turística no Brasil. Outra questão apresentada é a relação que passou a existir entre

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

os espaços e a sua “turistificação”, e também demonstrar quais são os fatores que permitiram o surgimento desse segmento turístico.

Estudos do turismo

Os inúmeros problemas que afetam o homem ao redor do mundo são decorrentes de ações que visam o desenvolvimento capitalista da sociedade e da economia. O desejo e a busca por padrões de vida cada vez mais elevados sob os pontos de vista material e social causam impactos ambientais² sem precedentes na natureza, na cultura e nas peculiaridades de cada localidade. O estudo do turismo, aliado às outras áreas do conhecimento, tem trabalhado em caráter interdisciplinar, principalmente na avaliação dos impactos sociais decorrentes de suas atividades. A interdisciplinaridade acadêmica traz resultados satisfatórios possibilitando a observação de novos objetos de estudos. (DENCKER, 1998).

Nas discussões sobre impactos e suas diversas interfaces, as atividades inerentes ao fenômeno do turismo se mostram como alternativa sustentável de desenvolvimento. Ao analisar o turismo, o mesmo deve ser feito em sua totalidade e também como parte de um fenômeno social mais abrangente, pois assume em seus estudos o caráter interdisciplinar. Tal pluralidade contribui para o turismo se tornar umas das principais atividades socioeconômicas da atualidade, tomando lugar de destaque na política nacional de diversos países. Com caráter mais economicista Moesch (2002) ressalta que o turismo explodiu como fenômeno econômico envolvendo milhões de pessoas e garantiu seu lugar no mundo financeiro internacional.

As questões éticas surgem dentro deste cenário como uma grande área de estudos que visam os avanços da academia do turismo e suas necessidades. A crescente demanda pela atividade turística acarretou a necessidade de utilizar o espaço de forma racional no qual sua realidade se reproduz utilizando o espaço geográfico em benefício da atividade turística.

O turismo transforma o espaço geográfico e produz realidades, podendo causar impactos marcantes na sociedade e, diante disto evidencia-se a importância de entendê-lo como ciência social capaz de produzir conhecimento. Dentro desta conjuntura esse artigo discute a importância de refletir sobre a utilização do espaço pela atividade turística e como se desdobram determinadas implicações concernentes ao turismo.

O estudo do turismo

Para estudar um objeto e analisá-lo visando à busca da verdade sobre o que se está pesquisando, faz-se necessário entender o processo ontológico que levou tal área de concentração ao estado em que se encontra e, entender quais os processos que levaram a humanidade a buscar tal conhecimento. Como o turismo trata-se de um fenômeno social, entender a evolução de seus estudos é fator primordial para a busca de resultados conclusivos, considerações e propostas de desenvolvimento, pois as respostas para o crescimento futuro são encontradas no passado (JENKINS; LICKORISH, 2000). Buscar no passado as raízes para a explicação dos fatos não está errado, sua fragilidade pode aparecer quando não contextualizamos historicamente os mesmos, isto é, quando desprezamos, na maioria das vezes, a contradição (SANTOS FILHO, 2005). Os estudos existentes dentro do fenômeno turístico, em sua maioria, nascem sob as perspectivas econômicas, surgindo historicamente em decorrência do capitalismo.

² Portanto, a definição de Impacto Ambiental está associada à alteração ou efeito ambiental considerado significativo por meio da avaliação do projeto de um determinado empreendimento, podendo ser negativo ou positivo (BITAR, 1998).

Consideramos que o fenômeno do turismo vem sendo sinalizado durante todo seu processo histórico de desenvolvimento da humanidade com diferentes formas de expressão linguística, resultantes da evolução do modo de produção. Esse movimento histórico vai produzir um elenco enorme de conceitos no campo das atividades que sinalizam o fenômeno do lazer e do turismo (SANTOS FILHO, 2005, p. 27).

A produção acadêmica do turismo recebe contribuições de várias áreas do conhecimento humano e, dentro deste contexto, não analisá-lo de forma interdisciplinar entra em oposição ao entendimento das características dos fenômenos sociais, que têm como resultados os impactos das relações e inter-relações que integram os sistemas que os mantêm. O turismo não está de forma assintomático às mudanças sociais, tendo em suas evoluções o reflexo dos câmbios demandados pela sociedade. “O turismo é composto complexamente de inter-relacionamentos que integram uma prática social, com base histórica em um ambiente múltiplo delegando-lhe a característica objetiva e subjetiva”. (MOESCH, 2002, p. 9).

Segundo Moesch (2002, p. 38) “o espaço é expressão da sociedade em si. Ao estudar o espaço utilizado pelo turismo pretende-se entender a dinâmica desta atividade, dada sua proporção e localização, buscar por respostas que fomentem as questões acadêmicas e operacionais deste fenômeno social”.

Turismo e espaço

Dentro da atividade turística existe um abrangente leque de motivações que vai desde o desejo de conhecer o novo até a fuga do cotidiano rotineiro das urbes, onde os municípios buscam a segurança física e psicológica para preencher o seu ócio com atividades sociais, culturais e contemplativas. Nesta dinâmica de deslocar-se de seu local de origem ao de destino ocorrem as transformações dos espaços configurando o fenômeno turístico como produtor de realidade, porém este é determinado pelos objetos preexistentes que caracterizam o espaço.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são estes objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Esta lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade (SANTOS, 2006, p. 40).

Desde a Revolução Industrial, no século XIX e ao longo do século XX, o mundo passou por intensas transformações que influenciaram os hábitos de vida da população mundial, em especial, a norte-americana e europeia, tendo seu ápice depois da II Guerra Mundial (1939 a 1945), onde os avanços nos meios de transportes e a crescente classe média resultaram em um aumento sem precedentes dos deslocamentos com distâncias mais longas e de períodos também mais duradouros (JENKINS; LICKRORISH, 2000). Todos estes processos moldam o uso do espaço determinado pelos câmbios demandados da sociedade.

O uso dos objetos através dos tempos mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas, uma história geral, uma história local. (SANTOS, 2006, p. 49).

As sociedades de diversos países, inclusive o Brasil, vêm sofrendo drásticas mudanças

em seus modos de vida, em contrapartida, essa conjuntura faz com que haja uma queda nos níveis de criatividade e relações sociais, fortalecendo cada vez mais o individualismo. Segundo Rodriguez (2010, p. 44), “isso leva à sociedade cada vez mais a segmentação e fragmentação de grupos sociais ocasionando falta de perspectivas que conseqüentemente potencializa a falta de interesse nas soluções das problemáticas que se fazem presentes”.

Se for verdade que vivemos hoje em uma era na qual a aceleração da velocidade das mudanças define as relações empresariais, pessoais e, por consequência, territoriais, é verdade também que mais um elemento delinea diferenças sociais: o tempo. Quem o tem de sobra, além de seu sustento garantido, pode, sem sombra de dúvidas, sentir-se privilegiado (PORTUGUEZ, 2001, p. 11).

Cabe compreender, que o espaço não é meramente um lugar, um ponto ou uma localização. Espaço é o meio onde os eventos, através dos tempos, acontecem determinando suas particularidades, portanto não há, no turismo, como separar o tempo do espaço. Por ser umas das formas mais notáveis de consumo do espaço, o turismo apropria-se desses elementos explorando todo o legado histórico e cultural do espaço, para então, vendê-lo e consumi-lo. O Turismo utiliza-se das técnicas de sua atividade para comercializá-lo (vender e consumir) e ao fazer isso formula e reformula o espaço dando-lhe um novo destino e sobrepondo mais um tempo em sua história.

O mundo pós-moderno é cada vez mais cheio de incertezas. Os cidadãos são lançados nesse universo de inconsistências e se sentem ameaçados pela velocidade que as mudanças ocorrem. Amedrontados e ao mesmo tempo fascinados pela avalanche de novidades, consumir passa a ser um ato de existir, ou seja, ter um sem-número de coisas significa estar inserido no mundo das novidades, no qual a posse figura como elemento de segurança. (PORTUGUEZ, 2011, p. 11).

Dentro desse universo se encontra a questão ambiental e a atuação do homem para as soluções destes problemas. Ao analisar esta conjuntura nota-se que parte da população mundial está alheia a estas questões e que interesses financeiros e políticos estão acima das intenções de solução para tais problemas. Todos esses processos, seguindo a tendência que se apresenta atualmente, tiveram um único objetivo, que consiste no desenvolvimento economicista da sociedade, levando ao individualismo e potencializando a segregação. Porém, isto impactou de forma profunda o espaço. Para o fenômeno do turismo este problema se faz pertinente, pois a atividade tem no centro de seus estudos as motivações que causam os deslocamentos e os impactos decorrentes destas ações. A paisagem se torna um fator de motivação para este deslocamento e o visitante ao chegar ao local e contemplar uma paisagem causa impacto no espaço.

Segunda residência: enfoque conceitual

O turismo está além do simples ato de deslocar-se para fins de lazer, é uma prática socioespacial que possui muitas interfaces onde se relacionam os elementos fixos e os fluxos do qual resultam as distintas etapas de organização social e espacial. A segunda residência tem sua prática em raízes muito antigas que remontam desde a antiga Roma, onde o hábito de possuir uma segunda residência para fins de lazer era uma atividade recorrente, conforme afirma Rodrigues (2001, p. 81) “a viagem para lazer já é conhecida na Antiguidade Clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas resi-

dências – uma na cidade outra no campo”.

A análise desta “modalidade de turismo se torna importante, porque apesar de muito difundida e de possuir uma intensa expansão a nível mundial ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido”. (ASSIS, 2003, p. 110). Para começar a analisá-lo faz-se necessário buscar suas definições a fim de permitir uma melhor visão e obter subsídios que auxiliem as pesquisas acerca do tema.

Residência secundária, portanto, opõe à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o já mencionado vínculo territorial e certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que ressalta a residência secundária como alojamento turístico. Residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9).

Para a Organização Mundial do Turismo (apud Ministério do Turismo, 2008, p. 6):

[...] a segunda residência limita-se à propriedade residencial para fins de veraneio e turismo, não sendo, portanto, a residência principal (primeira residência) do titular. Nesse espaço, serviços relacionados com o turismo são oferecidos e, consequentemente, consumidos pelos visitantes do local, que utilizam as propriedades como abrigo para desfrute daquele destino.

Os condomínios de segunda residência provocam mudanças significativas no espaço, onde sua implementação provoca impactos das mais diversas ordens e possuem objetivos que devem ser considerados ao se estudar estas realidades. Assim, as “residências secundárias representam uma relação permanente quanto à origem e o destino, uma vez que estabelecem regularidade entre saída, chegadas e retornos”. (TULIK, 2001, p. 10). Fatores distintos ou semelhantes definem não somente a busca por essa demanda, mas também o interesse e escolha pelas áreas de destino. Muitas são as variáveis encontradas para a análise da procura por esta modalidade de turismo como o nível de desenvolvimento social dos polos emissores, o nível de renda dos proprietários, a disponibilidade de tempo livre e a distância entre origem e destino. Na maioria das vezes centros populosos e urbanizados atuam como polos emissores e o entorno destes como centro de lazer e entretenimento, porém, a propriedade de uma residência secundária não se limita apenas na compra de um terreno, mas na construção e manutenção, onde são incorporados gastos com tributação, mão de obra e serviços públicos. Tulik (2001, p. 11) faz uma reflexão sobre essa relação:

Em sua análise conclui que possuir uma residência secundária significa, acima de tudo, ter disponibilidade financeira, pois para se percorrer a distância entre o ponto de origem e o destino, faz-se necessário uso de um veículo ou em menor proporção uso de veículos coletivos, essa forma de alojamento está direcionada às pessoas que possuem o mínimo excedente de recursos financeiros.

Contudo, faz-se, também necessário, possuir tempo livre para usufruir do alojamento. Na sociedade pós-moderna, o tempo livre multiplicou-se em virtude das conquistas sociais ampliando as possibilidades de aplicação de capital individual ou coletivo no lazer e entretenimento. As conquistas trabalhistas também foram primordiais para a evolução deste cenário, as

férias remuneradas, os sábados, domingos e feriados livres e conseqüentemente o surgimento dos feriados prolongados tornaram os dias de descanso em períodos mais longos de tempo livre, aumentando a permanência na residência secundária (TULIK, 2001).

Fatores físicos e estruturais são importantes para o estabelecimento das residências secundárias e podem determinar a escolha dos destinos.

As vias e meios de acesso representam possibilidades de ligação entre residência permanente e secundária, e ao mesmo tempo, ligam os lugares entre si. A distância reduzida ou excelência das condições de acesso podem favorecer a presença de residências secundárias, como acontece com alguns itinerários privilegiados que concentram a maioria dos fluxos (TULIK, 2001, p. 12).

Segundo Tulik (2001, p. 13), “o tripé tempo-custo-distância, contribui para a definição da localização da residência secundária, influenciando a concentração dessas edificações em zonas determinadas, pois quanto mais distante da residência permanente, maior será o custo de deslocamento e acesso ao domicílio ocasional”. De acordo com Assis (2003), possuir este tipo de alojamento muito distante da residência principal inviabiliza sua frequência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usufruir de seu empreendimento somente nos períodos de férias, complementa também que à medida que o centro urbano se expande tais zonas tendem a distanciar-se, migrando para as áreas rurais.

Segunda residência no Brasil

O surgimento do fenômeno no Brasil é resultado da tendência mundial que dominou as sociedades após a II Guerra Mundial, onde os habitantes dos países subdesenvolvidos despertaram para os costumes burgueses, e, aliados ao advento dos meios de transportes e a crescente classe média, aspirante por igual padrão de vida dos países desenvolvidos, possuir uma segunda residência delega *status* social.

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores socioculturais a ideologia do turismo e do lazer. O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformou em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados. (BECKER, 1995, p. 10).

As discussões acerca das residências secundárias ganharam força e tomaram corpo com o censo do IBGE de 1970, que em ocasião, estabeleceu a primeira definição de residência secundária que atribuíram ao grupo de domicílios fechados onde os moradores não se encontravam presentes na data do censo. No censo seguinte, em 1980, estabeleceu-se uma classificação direcionada a esta modalidade de alojamento como domicílio de uso ocasional, separando-as das classificadas como residências fechadas.

“Em 1991 houve uma evolução no conceito³, onde classificaram como domicílios particulares de uso ocasional, fato que dispensou a presença do morador temporário e ficou sem alteração até o censo de 2000”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 6). Em 2010 o IBGE dá continuidade a esta variável e tipifica-a como uma residência particular permanente, que na data de referência serve ocasionalmente de moradia, configurando aquelas usadas para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

Diante da notável expansão dos condomínios de segunda residência em consonância com as questões pertinentes ao mundo pós-moderno no que tange à ocupação e uso do espaço, a mudanças de hábitos sociais e à crescente repercussão do tema desenvolvimento sustentável, faz-se necessário, para o turismo, uma análise aprofundada e interdisciplinar acerca do tema que se pretende discutido no presente trabalho com enfoque regional.

Metodologia EIS – estudo de impacto social

O desenvolvimento sustentável é, atualmente, interpretado como fundamental em implantação de políticas públicas e em tomadas de decisão. Abrangendo os âmbitos econômicos, sociais, os ambientes naturais e sua biodiversidade, a crescente adoção deste paradigma como um objetivo político global estimula o interesse em avaliar o impacto de intervenções causadas por empreendimento de qualquer porte. “Boas práticas de gestão ambiental e social se configuram como uma ferramenta essencial na execução de projetos. O impacto desses projetos pode ser de ordem econômica, social e ambiental”. (*CENTRE FOR GOOD GOVERNANCE*, 2006, p. 2).

O EIS – Estudo de Impactos Sociais surgiu nos Estados Unidos a partir da necessidade da utilização dos conhecimentos sociológicos e de outras ciências sociais aplicadas na tentativa de analisar, mitigar e prever os efeitos causados na sociedade em decorrência de alterações provocadas no meio ambiente por projetos que surgiram a partir da Política Nacional de Ação Ambiental (em inglês, *NEPA – National Environmental Policy Act*), em conformidade com a legislação norte-americana de 1969. Essas leis e regulamentos exigem dos proponentes de projetos e empreendimento a avaliação dos efeitos sociais causados pelo projeto (BURDGE, 1998).

O processo de EIS afirma que tanto os efeitos diretos e indiretos dos impactos sociais são mais facilmente absorvidos, medidos e interpretados ao nível local e municipal. Quanto mais delimitada a área de estudos, mais fácil é de identificar a sequência e a duração do impacto social. Outra meta do EIS é identificar e compreender as consequências da mudança para as populações humanas e as comunidades, atendendo a eventos e seus distintos impactos. Quando essa informação está disponível, os dados obtidos em função da pesquisa realizada poderão ser utilizados para nortear ações direcionadas para sensibilizar as populações autóctones sobre possíveis impactos.

A estratégia básica torna-se um identificador de impactos futuros baseado na reconstrução dos impactos sociais passados. O modelo EIS pode ser pensado como uma série de fotografias tiradas em diferentes intervalos. As informações que faltam são preenchidas com base em dados obti-

³ [...] disposições das séries enunciativas (quer seja a ordem das inferências, das implicações sucessivas e dos raciocínios demonstrativos; ou a ordem das descrições, os esquemas de generalização ou de especificação progressiva aos quais obedecem, as distribuições espaciais que percorrem; ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na sequência linear dos enunciados); os diversos tipos de correlação dos enunciados (que nem sempre são idênticos ou passíveis de ser superpostos às sucessões manifestas da série enunciativa: como a correlação hipótese-verificação; asserção-crítica; lei geral-aplicação particular); os diversos esquemas retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados (como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções, definições, cuja sequência caracteriza a arquitetura de um texto). (FOUCAULT, 2008, p. 63).

dos a partir da revisão de uma extensa literatura. O modelo EIS fornece um guia para compreender prováveis impactos futuros com base na construção de eventos passados (BURDGE, 1998, p. 34).

O EIS – Estudo de Impacto Social tem como base 28 variáveis para avaliar os efeitos decorrentes das ações e empreendimentos no espaço. O desenvolvimento empírico das variáveis foi baseado na premissa de que o processo de planejamento se dá por meio de documentos e dados coletados acerca de um projeto que cause impacto no ambiente. A avaliação do impacto social é um componente do processo de planejamento, que auxilia as decisões na compreensão de que mudanças provavelmente acontecerão a nível local.

Variáveis EIS

A mudança na população (EIS 1), trata do movimento de pessoas dentro ou fora de uma área específica, por um determinado período de tempo dentro do projeto. A taxa de mudança da população é pertinente aos requisitos de infraestrutura da comunidade e pode ser determinante para impactos financeiros e sociais na área do projeto. O influxo e afluxo de trabalhadores temporários (EIS 2) analisa a circulação temporária dentro ou fora de uma determinada área, ao longo de um período específico de tempo em função do projeto. (BURDGE, 1996).

“A presença de residentes sazonais (lazer) (EIS 3), refere-se a um aumento e diminuição constantes, porém, sazonal da população da comunidade, resultante da abertura de centros de lazer”. (BURDGE, 1998, p. 65). Esta variável de impacto social normalmente aplica-se apenas na fase de manutenção operacional da atividade. Realocação de famílias e pessoas (EIS 4), determina o número de pessoas remanejadas de suas casas, voluntária ou involuntariamente em função do empreendimento. “Diversidade étnica, de gênero, raça ou etnia e composição populacional específica (EIS 5), refere-se à introdução da área do projeto em uma categoria considerável de grupos minoritários em relação à população residente quando das características da raça, idade ou etnia”. (BURDGE, 1998, p. 65).

Ações em torno do empreendimento (EIS 6), objetiva apontar as percepções positivas ou negativas, crenças ou ideologias expressas pelos moradores da comunidade onde o projeto se implementará ou implementou. Atividades de grupos de interesse (EIS 7), as comunidades possuem grupos formais e informais, organizações que podem ter interesse na mudança proposta e pode assumir uma posição pública sobre os impactos decorrentes do empreendimento. Alteração no tamanho e estrutura da administração e governo local (EIS 8), observa a mudança de posição e ideologia do governo local para executar as atividades do projeto proposto. Aplica-se às fases de operação/manutenção encerramento do projeto e não deve ser confundida com a mudança das necessidades de infraestrutura da comunidade. (BURDGE, 1998).

Presença de atividades de planejamento e zoneamento (EIS 9), mostra a presença ou ausência de requisitos legais para o planejamento de zoneamento e/ou regulamentação de uso da terra dentro do município, vila, estado que tem jurisdição na área do projeto proposto. Diversificação da indústria (EIS 10) refere-se ao número e variedade de indústrias do setor privado dentro da área do projeto.

Vida familiar/renda (EIS 11), trata da renda necessária para uma família de quatro pessoas viver acima da linha da pobreza na comunidade ou região onde o empreendimento está localizado. Melhoria quanto às desigualdades econômicas (EIS 12), demonstra se as oportunidades de emprego do empreendimento correspondem às competências profissionais dos desempregados na área do projeto (BURDGE, 1998).

Mudança na equidade de emprego dos grupos minoritários (EIS 13) é o grau em que as oportunidades de emprego relacionadas ao empreendimento correspondem às competências profissionais dos desempregados, desfavorecidos e minorias, incluindo famílias de baixa renda,

peessoas mais jovens, minorias étnicas e raciais, bem como mulheres. Alterações nas oportunidades profissionais (EIS 14), grau em que o projeto proposto ou desenvolvimento acompanha o perfil ocupacional da comunidade impactada (BURDGE, 1998).

Presença de um agente externo (EIS 15), o acesso aos residentes permanentes na área do projeto de negócios do setor privado e da indústria, que não se encontrava previamente na comunidade e cuja gestão e controle são provenientes de fora da localidade. Nível de cooperação interorganizacional (EIS 16) é o grau de planejamento, regulamentação e organização dos proponentes e das agências que são capazes de trabalhar juntas e compartilhar metas comuns de políticas de desenvolvimento. Esta variável exige observar as organizações autônomas no mesmo nível, planejamento das obras públicas a nível local ou combinações de diferentes em níveis federal e estadual. Introdução de nova classe social (EIS 17) aponta o incremento das classes sociais existentes ou aparecimento e expansão de novas classes sociais na comunidade em decorrência da implementação e operacionalização dos projetos. (BURDGE, 1998, p. 98).

Mudança no foco comercial/industrial da comunidade (EIS 18) é a mudança no foco tradicional dos setores comercial, industrial e político da comunidade como resultado do projeto. A mudança de foco se aplica quando um projeto está em funcionamento ou após a fase de encerramento. Presença de residentes de fim de semana (EIS 19) refere-se ao afluxo de visitantes de fim de semana ou de curto prazo que não têm uma residência na comunidade. Esta variável se aplica à fase de operação/manutenção. (BURDGE, 1998).

Mudanças nos padrões diários de vida e movimento “(EIS 20) referem-se a alterações e interrupções na rotina das atividades diárias de vida e trabalho dos moradores, causadas pelos câmbios paisagísticos, ruídos e níveis de odor, vias de deslocamento e transporte ou na quantidade de tráfego de veículos resultantes do empreendimento”. (BURDGE, 1998, p. 112-115). Diversidade de práticas religiosas “(EIS 21) é a introdução na comunidade de um novo grupo de pessoas com valores religiosos e culturais, crenças e práticas diferentes das aplicadas pela população presente. Esta variável é mais observável durante a construção, operação e fase de manutenção” (BURDGE, 1998, p. 112). Alteração na estrutura familiar “(EIS 22) envolve o aumento ou diminuição de uma ou mais categorias de avaliação da situação familiar, como resultado de um novo projeto ou qualquer outra alteração na comunidade. Esta mudança pode ser temporária durante a fase de construção ou em longo prazo”. (BURDGE, 1998, p. 112).

Interrupção das redes de contato social (EIS 23) sinaliza a interrupção dos padrões de interação social da comunidade pelas atividades do projeto. Este efeito pode ser temporário, como no bloqueio das estradas durante a construção, ou permanente se ocorrer durante a fase de operação e manutenção. Esta variável também inclui as pessoas que vivem próximas.

Percepções sobre saúde pública e segurança (EIS 24), busca observar a atitude, percepção ou crença por parte dos moradores da comunidade em relação à saúde e segurança, bem como o seu bem-estar mental, pontos que foram ou serão afetados pelo projeto proposto. Percepções, atitudes e crenças devem ser tratadas como reais, com consequências reais e podem ocorrer em qualquer fase do projeto. Mudanças nas oportunidades de lazer (EIS 25), indica aumento ou diminuição das oportunidades de lazer dentro da comunidade, devido a algumas mudanças na gestão de uma área de recursos naturais ou com o desenvolvimento de uma nova instalação recreativa (BURDGE, 1998).

Mudanças na infraestrutura comunitária (EIS 26), trata-se do aumento ou diminuição na qualidade e quantidade da prestação de serviços, da infraestrutura básica e dos recursos disponíveis dentro da comunidade como resultado do projeto. Venda e aquisição de terras (EIS 27), número total terras em m² que irá mudar de classificação de uso devido ao projeto proposto. Esta variável pode envolver transferências de terras a partir de uma unidade a nível público e privado. Efeitos conhecidos sobre recursos culturais, históricos, arqueológicos e sagrados (EIS 28) são

indicados para projetos que visam à destruição, diminuição ou alteração de um ou mais recursos histórico-culturais, sagrados ou arqueológicos no interior da comunidade resultantes do projeto.

Princípios do EIS

Esta parte do trabalho mostra uma visão geral sobre os conceitos, processos e os métodos utilizados no EIS. Estes princípios estão baseados em parecer de peritos e profissionais como turismólogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos, urbanistas, economistas, dentre outros. Objetivam garantir à investigação científica as melhores práticas estabelecidas nas últimas três décadas (*CENTRE FOR GOOD GOVERNANCE*, 2006).

O *Centre of good governance* (2006) apresenta nove princípios que são norteadores para a investigação que utiliza a metodologia de EIS – Estudo de Impacto Social para as análises dos impactos decorrentes de projetos e empreendimentos. Os princípios são:

Princípio 1: Envolver um público diversificado, é o primeiro passo para identificar e envolver todos os grupos potencialmente afetados. O envolvimento do público deve ser um processo ativo e interativo. Dentre os envolvidos devem estar os grupos que não participam efetivamente na decisão tomada pelo poder público por questões culturais, étnicas e econômicas.

Princípio 2: Analisar a equidade do impacto na identificação de todos os grupos suscetíveis é fundamental para o conceito de equidade do impacto. Os custos dos impactos sociais não devem ser suportados por alguns setores da sociedade que são considerados vulneráveis devido à idade, gênero, etnia, raça, ocupação dentre outros fatores. O EIS tem o objetivo de identificar os elementos cujos impactos adversos podem levar à perda dos benefícios agregados pelos projetos. O impacto deve ser avaliado em consulta com as comunidades afetadas, especialmente de renda baixa e minorias.

Princípio 3: Concentrar-se na avaliação ajuda a diminuir os efeitos das limitações de tempo e de recursos que podem afetar a análise, na medida em que isso pode ser feito dentro do tempo disponível. Investigadores do EIS têm que priorizar a ordem dos impactos significativos para todos os grupos avaliados utilizando-se de técnicas de investigação e avaliação.

Princípio 4: Identificar métodos, hipóteses e definir a sua significância são premissas utilizadas no EIS, bem como, descrever claramente. Uma investigação de EIS foca os impactos considerados significativos na comunidade como um todo.

Princípio 5: Fornecer comentários sobre os impactos sociais e possíveis propostas de mitigação aos empreendimentos se configura como um processo dinâmico que envolve ciclos de avaliação e reavaliação do empreendimento já implementado ou a ser executado. Este processo é muitas vezes realizado informalmente, por meio de comentários dos envolvidos na investigação.

Princípio 6: Um cientista social treinado empregando ferramentas do EIS fornecerá os melhores resultados e ajudará a se familiarizar com as evidências científicas pertencentes aos impactos que ocorreram como parte da equipe interdisciplinar EIS, irá também reduzir a probabilidade de que um importante impacto social passar despercebido, e assim, não prejudicar as considerações a serem feitas pelo investigador.

Princípio 7: O monitoramento das variáveis EIS é fundamental para a mitigação e avaliação constante dos impactos sociais causados por empreendimentos. Em projetos de grande porte o monitoramento e mitigação deve ser de responsabilidade da comunidade e órgãos gestores em um processo interativo durante todo o ciclo de vida do projeto.

Princípio 8: Fontes de dados de literatura científica, dados secundários e dados primários da área afetada devem ser consultados por todos do EIS. Publicação em literatura científica inclui artigos de revistas, livros e relatórios disponíveis a partir de projetos semelhantes, caso seja aplicável. As fontes secundárias de dados são de censos e estatísticas, dados geográficos,

publicações de agências oficiais e de relevância pública.

Princípio 9: A aproximação na mensuração dos dados deve ser usada pelos investigadores do EIS para produzir uma avaliação na ausência de todas as informações relevantes, ou mesmo os dados necessários. Avaliação da informação que falta e desenvolvimento de uma estratégia para processo torna-se importante, mesmo se a informação é aproximada.

EIS aplicado à análise da temática

A pesquisa buscou evidenciar os impactos da implantação dos condomínios de segunda residência provocados no espaço e na sociedade. O foco central da pesquisa, encontra-se inserido em uma análise teórica e metodológica que visa explicar a necessidade de uma investigação qualitativa, não apenas para o entendimento do fenômeno, mas também para detectar quais são os agentes causadores destes impactos e quais são os reflexos sobre a atividade turística.

Com base nestas informações verificou-se a necessidade do uso de metodologia capaz de identificar relacionamentos diretos e indiretos, realizar um cruzamento de dados para quantificação e qualificação das problemáticas, para posteriormente propor ações de mitigação, a gestão e o desenvolvimento de políticas públicas e projetos de integração de comunidades objetivando um denominador comum, o desenvolvimento socioambiental sustentável. O EIS – Estudo de Impactos Sociais apresentou potencial para o desenvolvimento da presente investigação.

Social Impact Assessment (SIA) can be defined in terms of efforts to assess or estimate, in advance, the social consequences that are likely to follow specific policy actions (including programs/ projects and the adoption of new policies), and specific government actions. It is a process that provides framework for prioritizing, gathering, analyzing, and incorporating social information and participation into the design and delivery of developmental interventions (CENTRE FOR GOOD GOVERNANCE, 2006, p. 8)⁴.

A escolha deste tema veio com a necessidade de a atividade turística acompanhar as mudanças de paradigmas no que concernem ao desenvolvimento e proteção ambiental, onde pressões dos diversos setores da sociedade rumam ao senso comum de desenvolver-se, mitigando seus impactos no ambiente.

O turismo como um fenômeno social que causa modificação no tempo e no espaço, deve ser analisado sob o caráter qualificativo e quantitativo, pois atualmente essas duas características convergem para o desenvolvimento de ações em prol da sociedade e suas relações com o espaço, buscando o equilíbrio harmônico de seus sistemas.

O objetivo principal dos EIS – Estudos de Impactos Sociais é o de evidenciar os benefícios e propor ações de recuperação ou atenuação dos impactos considerados negativos, especialmente àqueles que passam por essas transformações, neste caso, as pressões antrópicas do desenvolvimento da atividade turística. O EIS preconiza delimitar uma série de objetivos específicos, priorizando os itens listados abaixo:

- Fazer visíveis as invisibilidades dos impactos sociais.
- Introduzir em uma perspectiva ética e social o desenvolvimento de políticas públicas nas investigações.
- Reduzir impactos através da concepção e implantação de medidas de atenuação.

⁴ Estudo de Impacto Social (EIS) pode ser definido como tentativa de avaliar ou estimar, com antecedência, as consequências sociais decorrentes de ações e políticas específicas (incluindo os programas/projetos e a adoção de novas políticas) e ações governamentais específicas. É um processo que fornece a estrutura para a priorização, coleta, análise e incorporação de informação e a participação social na formulação e implementação de intervenções de desenvolvimento (CENTRO DA BOA GOVERNANÇA, 2006, p. 8). Traduzido pelo autor.

-
- Evidenciar projetos que visem amenizar e/ou eliminar os conflitos sociais e ambientais.
 - Apresentar os processos de participação social como elemento-chave no EIS.
 - Mostrar que o EIS não é apenas uma prática sociológica ou uma definição técnica de impactos.

A partir da elucidação dos pontos norteadores do estudo de impactos sociais, ressaltam-se os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos, os quais têm por base as fases iniciais de elaborar inventários sociais, detectar impactos, os qualificar e quantificar e, por fim realizar propostas de correção aos impactos detectados tomando por referência a participação da comunidade no processo de planejamento.

A coleta de dados subdividiu-se em duas fases determinadas de Escopo (*scoping*) e Perfil (*profiling*). A primeira visa à identificação dos principais elementos inventariados e as informações preliminares, identificando o tipo de impactos social e mostrando os pontos mais importantes sobre o projeto.

Na segunda etapa buscou-se descrever o estado ou a situação da comunidade antes da implementação do empreendimento. A descrição forneceu informações básicas para comparar as alterações causadas. O processo foi finalizado com um inventário de avaliação dos impactos existentes, criando categorias de classificação de impactos qualificando em ordem de importância os mesmos, para poder formular propostas e auxiliar no processo de mitigação dos impactos causados em decorrência da implantação do objeto de estudo.

Etapas da investigação usando metodologia de EIS

Buscar por bibliografias que abarquem a temática da segunda residência, com o objetivo de tentar compreender o surgimento do fenômeno na área de estudo escolhida visa obter dados secundários para o fomento da discussão e embasamento teórico quando da análise e interpretação dos dados obtidos.

Para a identificação dos dados primários devem ser aplicados questionários seguindo, *in loco*, a Metodologia de EIS – Estudo de Impacto Social para apontar os principais impactos sociais causados. Para tanto, aplicam-se dez questionários distintos baseados nas variáveis de EIS, sendo eles aplicados ao condomínio, residência e comércio. Para auxiliar a alimentação dos dados devem ser entrevistadas as residências da região circundante à zona de estudos estabelecimentos da zona comercial do município e/ou distrito, baseando-se na amostragem não probabilística conforme a conveniência do pesquisador (DENCKER, 1998). O levantamento de dados resultantes desta etapa do trabalho visa o fornecimento de dados para subsidiar a investigação.

Para facilitar a visualização e localização do objeto, o investigador possuirá como ferramenta a inserção de cartas geográficas, imagens de satélite e busca por sítios oficiais para a quantificação da população e informações pertinentes ao desenvolvimento desta investigação. Os registros fotográficos são necessários para uma melhor compreensão da real situação, ilustrando de forma fiel o local estudado.

Após a coleta e análise dos dados oriundos da aplicação dos questionários supramencionados, há a necessidade de sistematização das informações apontadas, em conformidade com as orientações da base bibliográfica a ser pesquisada, gerando gráficos, tabelas e quadros informativos para uma leitura mais fácil e dinâmica.

Para finalizar, subsidiados por todos os processos anteriores, será possível elaborar, de forma reflexiva, as considerações que apontam os principais elementos reconhecidos.

Considerações finais

No Brasil, as segundas residências surgem a partir da década de 1950, em especial no estado de São Paulo, onde a construção de novas rodovias, avanço tecnológico dos meios de transporte e o surgimento de uma classe média em busca de novas experiências dão início ao aparecimento desta modalidade de turismo.

A possibilidade da aplicação do EIS - Estudo de Impacto Social como um método viável e capaz para auxiliar nos estudos acerca dos empreendimentos turísticos, elaboração de planos turísticos, estudos direcionados aos instrumentos de gestão do turismo e na avaliação dos efeitos da antropização espaço-temporal, foi o norte na elaboração de trabalhos sociais causados pela implantação do CRA-Condomínio Residencial A.

Os impactos mais significativos serão apontados por meio da percepção dos moradores da comunidade e comércio adjacentes à área de estudo. Espera-se, que com a implementação do condomínio ocorrerão impactos sobre a qualidade de vida dos moradores, sejam eles negativos ou positivos. Os efeitos decorrentes da instalação do empreendimento podem mostrar-se cumulativos, conforme observados pelos moradores da comunidade que foi avaliada.

Podem ser identificadas alterações na rotina da comunidade adjacente como, por exemplo, o aumento na frequência de ruídos de aeronaves em decorrência de pousos e decolagens de moradores que possuem residência secundária, aumento do fluxo de veículos e produção de resíduos sólidos. Ao observar, é possível elucidar que dentro do mesmo bairro há discrepâncias quando da condição socioeconômica, devido ao padrão de construção das casas e à infraestrutura básica instalada.

Outra área a ser avaliada é a zona comercial do município e/ou distrito, que como indicado na pesquisa pode apontar quais os impactos comerciais e financeiros a implantação do empreendimento provoca e a sazonalidade desses impactos, considerando as melhorias na estrutura do estabelecimento comercial e as melhorias estruturais em função do empreendimento, pode apontar também em quais setores econômicos esses impactos foram mais profundos. Devido a esses turistas permanecerem por mais tempo na cidade, conseqüentemente, levaria ao aumento no faturamento dos estabelecimentos.

Fica claro que empreendimentos do porte dos condomínios de segunda residência, se bem planejados, administrados em conformidade com políticas públicas que contemplem desenvolvimento social e sustentável, têm o potencial de provocar mudanças no cotidiano rotineiro das comunidades adjacentes, como também, de beneficiá-las.

Diante da interdisciplinaridade dos estudos do fenômeno do turismo, analisar as questões que envolvem impactos sociais com o auxílio da ferramenta EIS foi determinante para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho.

Referências

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. v. 7. n. 11, 12, 13. p. 107-122. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BITAR, O.Y. **Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na RMSP**.

Tese Doutorado, Departamento de Engenharia de Minas, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1998.

BURDGE, R. J. **A conceptual approach to social impact assessment: revised edition**: collection of writings by Rabel J. Burdge and colleagues. Middleton, WI, USA: Social Ecology Press, 1998.

_____. **A community guide to social impact assessment: revised edition**. Middleton, WI, USA: Social Ecology Press, 1996.

CENTRE FOR GOOD GOVERNANCE. **A comprehensive guide for social impact assessment social and environmental assessment**. AndhraPradesh, India: Centre for good governance. 2006. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/cgg/unpan026197.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, J. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no brasil**. Brasília: Mtur, 2008.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINEZ, P. H. Redução Jesuítica de Santo Inácio. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 312-316, dez. 2011.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço**: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUEZ, J. M. M. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: Problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS FILHO, J. dos. **Ontologia do turismo**: estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul: Educs, 2005.

TULIK, O. **Turismo e meios de Hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.